

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Do **DMG-DCF- DIVISÃO DE CONTABILIDADE**, submetendo para conhecimento dos Órgãos Municipais informação sobre situação económica e financeira, em cumprimento do disposto na alínea d) do art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, conforme documentos que se anexam.

PARECERES/INFORMAÇÕES

À consideração do Sr. Presidente.

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

Proceder em conformidade.

____/____/____

O Presidente da Câmara Municipal,

Dr. Ricardo Rio

INFORMAÇÃO N.º : DC23

DATA: 04/10/2022

ASSUNTO:

Demonstrações Financeiras Semestrais

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Os documentos de prestação de contas relativos ao primeiro semestre de 2022 foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Assim, embora os presentes documentos não tenham a profundidade nem a extensão da informação prestada no final do exercício, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes correspondem, no essencial, aos aplicados no final do mesmo.

Tendo presente que os objetivos do relato financeiro pelas entidades públicas, preconizados no diploma legal vigente, são entre outros proporcionar informação sobre essas entidades que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para tomada de decisões, o Município de Braga divulga, à data de 30 de junho de 2022, o Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas.

Câmara Municipal de Braga
Balanço em 30 de junho de 2022
Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	30/06/2022	31/12/2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		474 748 530,72 €	477 181 860,37 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Ativos intangíveis		313 230,91 €	397 159,30 €
Ativos biológicos		- €	- €
Participações financeiras		64 828 031,27 €	64 828 031,27 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €
Diferimentos		- €	- €
Outros ativos financeiros		- €	- €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €
Outras contas a receber		17 061 476,72 €	17 061 476,72 €
		556 951 269,62 €	559 468 527,66 €
Ativo corrente			
Inventários		661 476,48 €	588 806,76 €
Ativos biológicos		- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		4 798 126,96 €	2 571 668,64 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes		905 364,09 €	358 351,57 €
Estado e outros entes públicos		- €	- €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €
Outras contas a receber		42 220 159,93 €	37 330 427,14 €
Diferimentos		2 131 274,80 €	2 237 356,06 €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €
Outros ativos financeiros		- €	- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €
Caixa e depósitos		9 183 612,30 €	4 441 821,57 €
		59 900 014,56 €	47 528 431,74 €
Total do Ativo		616 851 284,18 €	606 996 959,40 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		192 159 694,49 €	192 159 694,49 €
Ações (quotas) próprias		- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Prémios de emissão		- €	- €

Reservas	9 279 576,85 €	9 279 576,85 €
Resultados transitados	212 533 373,43 €	205 740 823,18 €
Ajustamentos em ativos financeiros	17 851 775,76 €	17 851 775,76 €
Excedentes de revalorização	- €	- €
Outras variações no Património Líquido	114 364 584,83 €	114 291 713,73 €
Resultado líquido do período	5 592 330,94 €	7 391 657,26 €
Dividendos antecipados	- €	- €
Interesses que não controlam	- €	- €
Total do Património Líquido	551 781 336,30 €	546 715 241,27 €
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	5 910 472,37 €	5 910 472,37 €
Financiamentos obtidos	17 145 984,33 €	16 233 406,08 €
Fornecedores de investimentos	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	- €	- €
Diferimentos	- €	- €
Passivos por impostos diferidos	- €	- €
Fornecedores	- €	- €
Outras contas a pagar	5 816 861,36 €	6 480 290,57 €
	28 873 318,06 €	28 624 169,02 €
Passivo corrente		
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos	1 051 428,19 €	2 352 235,77 €
Fornecedores	9 575 773,94 €	9 558 708,33 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	538 109,59 €	538 109,59 €
Estado e outros entes públicos	790 763,71 €	528 242,03 €
Acionistas/sócios/associados	- €	- €
Financiamentos obtidos	7 428 531,61 €	4 412 424,02 €
Fornecedores de investimentos	2 993 845,03 €	2 604 610,31 €
Outras contas a pagar	11 399 875,68 €	9 188 368,86 €
Diferimentos	2 418 302,07 €	2 474 850,20 €
Passivos financeiros detidos para negociação	- €	- €
Outros passivos financeiros	- €	- €
	36 196 629,82 €	31 657 549,11 €
Total do Passivo	65 069 947,88 €	60 281 718,13 €
Total do Património Líquido e Passivo	616 851 284,18 €	606 996 959,40 €

Câmara Municipal de Braga

Demonstração de Resultados por naturezas do período findo em 30 de junho de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTA	PERÍODOS	
		30/06/2022	30/06/2021
Impostos, contribuições e taxas		33 272 014,59 €	29 558 703,02 €
Vendas		12 547,83 €	8 808,73 €
Prestações de serviços e concessões		886 769,74 €	484 053,73 €
Rendimentos/Gastos imp. de entidades controladas, associadas e empr. conj.		- €	- €
Transferências e subsídios correntes obtidos		20 159 408,78 €	17 320 252,80 €
Variações nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 206 167,86 €	- 262 756,09 €
Fornecimentos e serviços externos		-13 470 432,92 €	-10 700 670,72 €
Gastos com pessoal		-18 031 521,72 €	-17 096 192,37 €
Transferências e subsídios concedidos		-11 871 330,27 €	-12 008 388,70 €
Prestações sociais		- €	- €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos		4 447 383,65 €	3 478 990,34 €
Outros gastos		- 2 051 828,74 €	- 1 237 497,51 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		13 146 843,08 €	9 545 303,23 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		- 7 605 353,66 €	- 7 799 463,68 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		5 541 489,42 €	1 745 839,55 €
Juros e rendimentos similares obtidos		87 342,50 €	66 569,38 €
Juros e gastos similares suportados		- 36 500,98 €	- 62 651,72 €
Resultado antes de impostos		5 592 330,94 €	1 749 757,21 €
Imposto sobre o rendimento		- €	- €
Resultado líquido do período		5 592 330,94 €	1 749 757,21 €
Detentores do capital da entidade-mãe		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €

De acordo com o disposto na alínea d) do número 2 artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, é da competência do auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Assim, remetem-se as demonstrações financeiras do Município de Braga reportadas a 30 de junho de 2022, preparadas pela Divisão de Contabilidade, bem como parecer do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral emitido pelos Revisores Oficiais de Contas.

À consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE,



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

(artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

MUNICÍPIO DE BRAGA

1.º Semestre de 2022



ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO
- III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
- VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
- VIII. CONCLUSÃO



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de auditor externo do **Município de Braga** (a entidade ou o Município) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do regime financeiro das autarquias locais) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade. Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2022.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 616 851 284 euros e um total de património líquido de 551 781 336 euros, incluindo um resultado líquido de 5 592 331 euros), à Demonstração dos Resultados e aos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 53 413 631 euros de despesa paga e um total de 59 109 490 euros de receita cobrada) que nos foram apresentados pelo órgão executivo relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

Como nota prévia consideramos relevante referir que ainda se encontra em curso a transição para o novo normativo contabilístico - SNC-AP, quer quanto à identificação e quantificação dos ajustamentos de transição, quer quanto ao cumprimento de todos os requisitos exigidos pelo referido normativo em termos de contabilidade orçamental e de gestão (levando em linha de conta a aplicação supletiva da IPSAS 33, que estabelece um período de 3 anos para a efetiva e completa implementação), prevendo-se que este processo esteja concluído até ao final do presente exercício.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO

É da responsabilidade do órgão executivo:

- a) A preparação do balanço, da demonstração dos resultados e dos mapas de execução orçamental intercalares, reportadas a 30 de junho de 2022, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;



- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2022.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações aos responsáveis, procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

O quadro seguinte reflete as rubricas de balanço, em termos agregados por contas de razão, a 30 de junho de 2022:



Rubricas	Natureza	30 de Junho de 2022	31 de Dezembro de 2021	Var. Jun. 22/ Dez. 21	
11 - Caixa	D	15 525,89	10 322,52	5 203,37	50%
12 - Depósitos à ordem/13- Outros depósitos	D	9 168 086,41	4 431 499,05	4 736 587,36	107%
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	C	0,00	0,00	0,00	
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	D	4 798 126,96	2 571 688,64	2 226 438,32	87%
21 - Clientes, contribuintes e utentes (líquido de imparidades)	D	905 364,09	358 351,57	547 012,52	153%
22 - Fornecedores	C	-9 575 773,94	-9 558 708,33	-17 065,61	0%
24 - Estado e outros entes públicos (valor líquido)	C	-790 763,71	-528 242,03	-262 521,68	50%
25- Financiamentos obtidos	C	-24 574 515,94	-20 645 830,10	-3 928 685,84	19%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo devedor)	D	59 281 636,65	54 391 903,86	4 889 732,79	9%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo credor)	C	-21 800 119,85	-21 163 615,10	-636 504,75	3%
28 - Diferimentos	D	2 131 274,80	2 237 356,06	-106 081,26	-5%
28 - Diferimentos	C	-2 418 302,07	-2 474 850,20	56 548,13	-2%
29 - Provisões	C	-5 910 472,37	-5 910 472,37	0,00	0%
3 - Inventários	D	661 476,48	588 806,76	72 669,72	12%
41 - Investimentos financeiros	D	64 828 031,27	64 828 031,27	0,00	0%
42 - Propriedades de investimento	D	0,00	0,00	0,00	
43 - Imobilizações incorpóreas				0,00	
43 - Ativos Fixos Tangíveis	D	447 103 145,07	454 833 627,49	-7 730 482,42	-2%
44 - Ativos Intangíveis	D	313 230,91	397 159,30	-83 928,39	-21%
49 - Provisão para investimentos financeiros				0,00	
45 - Investimentos em curso	D	27 645 385,65	22 348 232,88	5 297 152,77	24%
51 - Património/capital	C	-192 159 694,49	-192 159 694,49	0,00	0%
55 - Reservas	C	-9 279 576,85	-9 279 576,85	0,00	0%
56 - Resultados Transitados	C	-212 533 373,43	-205 740 823,18	-6 792 550,25	3%
57 - Ajustamentos em ativos financeiros	C	-17 851 775,76	-17 851 775,76	0,00	0%
59 - Outras variações no património líquido	C	-114 364 584,83	-114 291 713,73	-72 871,10	0%
Resultado Líquido	C	-5 592 330,94	-7 391 657,26	1 799 326,32	-24%

1. A rubrica de **Devedores e Credores por Transferências, Subsídios e Empréstimos Bonificados** resulta de: i) dívida às freguesias ao abrigo dos contratos interadministrativos, relativos a atividades escolares – refeições, apoios culturais e desportivos; ii) valores a receber dos fundos comunitários para a realização de investimento; e iii) montante a receber da CIM do Cávado, na sequência do Despacho n.º 8280/2022, de 7 de julho, no valor de 1 351 417€, que será transferido assim que



aprovado em sede de Conselho Intermunicipal. Nesta conta está também reconhecido o valor do PART, do Protransp e dos atos impositivos referentes ao 1º semestre, que o Município tem a receber da CIM do Cávado e, posteriormente, transferirá para a entidade TUB, conforme mapa apresentado:

PART			
			Valor reconhecido no 1º semestre
Valores Aprovados			
PART		1 435 612,79 €	717 806,40
PROTransp		314 705,20 €	157 352,60
Despacho n.º 8459/2020			-
Despacho n.º 3515-A/2021			-
Despacho n.º 7495-B/2021			-
Despacho n.º 11653-A/?			-
Despacho n.º 1147-A/2022			-
CIM Protransp			-
Despacho 8280-2022 (Valor referente a 2021)		1 351 417,37 €	1 351 417,37
Total de Receita Aprovada		3 101 735,36 €	
Despesas - Atos Impositivos		314 682,59 €	157 341,30
Total de Receita Líquida		2 787 052,77 €	
Valor Faturado TUB		- €	
Dif.ª entre a Receita Aprovada e o Faturado TUB		2 787 052,77 €	
20% Comparticipação Municipal		287 122,56 €	143 561,28

Os valores a receber da CIM do Cavado serão entregues á TUB, E.M., empresa de transportes urbanos de Braga, sendo o efeito líquido nas contas no município apenas o valor dos atos impositivos e os 20% da comparticipação municipal.

2. O saldo de **Clientes** inclui a rubrica de clientes de cobrança duvidosa, no montante de 2 005 355€, para o qual já foi constituída perda por imparidade da totalidade do valor.

Alertamos para a necessidade de um maior rigor na utilização dos softwares dos vários serviços que originam rédito para o Município, e para a importância de procedimentos de validação da integração automática dessa informação na Contabilidade, a fim de garantir com mais fiabilidade o valor dos rendimentos e respetiva dívida.

3. O saldo significativo da rubrica de **Fornecedores** é composto fundamentalmente pela obrigação assumida para com as empresas participadas, referente quer aos contratos programa, quer ao contrato de concessão em regime de exclusividade do serviço publico



de transporte rodoviário de passageiros celebrado com a participada TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., relativos ao exercício de 2022. Para além disso, a referida rubrica inclui ainda passivo do Município relativo à empresa SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., no montante de 4 998 204€.

4. O saldo referente a **Financiamentos obtidos** apresenta uma variação significativa face a dezembro de 2021 por incluir, de acordo com o novo normativo, os montantes reconhecidos na a/c 20.4 - **Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis**.

Estes empréstimos bonificados foram aplicados nas seguintes obras:

- Norte-05-2316-FEDER-000067-Reab. Mercado Municipal;
- Norte-05-1406-FEDER-000101-Prom.Mobilidade Pedonal;
- Norte-08-5673-FEDER-000145 - Escola Secundária Maximinos

O Município obteve neste semestre um crédito renovável a curto prazo, no montante de 6 000 000€, transação que também explica parte da variação na ordem dos 20% na rubrica de Financiamentos obtidos.

5. A rubrica de **Outras Contas a Receber e a Pagar** (saldo devedor) advém essencialmente de: (i) outros acréscimos de rendimentos, IMI e derrama especializados em 2021 e que ainda não foram totalmente regularizados/recebidos, bem como IMT e IUC de junho recebidos no mês de julho; (ii) dividendos atribuídos pela empresa participada – AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – no montante de 14 823 167€; (iii) saldo de clientes transferido do antigo SMAS para a AGERE – 770 103€; e (iv) rendas e concessões no valor de 302 438€ – SGEB.
6. Os montantes credores da conta de **Outras Contas a Receber e a Pagar** referem-se essencialmente às seguintes situações: (i) saldo de fornecedores de imobilizado, no montante de 2 993 845€; (ii) credores por acréscimos de gastos - estimativa de férias, subsídio de férias e de Natal do 1º semestre, no montante de 4 801 623€ e outros acréscimos de gastos referentes a transferências correntes concedidas para fornecimentos e serviços externos, essencialmente para refeições escolares e para o PART (Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos), no valor de 1 662 261€. Inclui ainda os saldos relativos ao adiantamento por conta de lucros



realizado pela participada AGERE – 425 000€ e o saldo em dívida à SGEB, decorrente das rendas dos equipamentos desportivos, no montante de 1 535 924€.

Ainda nesta rubrica é de destacar outros saldos também com impacto significativo: a) valor a liquidar à entidade Souto Moura, Arquitetos, Lda., no montante de 1 547 175€ e b) montante devido à entidade Proafa – Serviços de Engenharia, S.A. no montante de 2 202 825€, ambos relacionados com a obra do novo estádio e que estavam a ser reclamados/contestados em tribunal, tendo havido uma sentença desfavorável para o Município.

7. Com a aplicação informática (AIRC) o Município passou a dispor de um ficheiro/detalhe de inventários, no qual regista todas as compras e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, tendo em vista o cômputo dos gastos incorridos e o apuramento do saldo de **Inventários** atualizado.
8. A rubrica de **Investimentos financeiros** reflete os investimentos nas entidades controladas, cujas participações estão maioritariamente mensuradas ao MEP – Método de equivalência patrimonial. Os investimentos em outras entidades resultam do **FAM – Fundo de Apoio Municipal**, no montante de 2 504 241€, sendo este um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, legalmente estabelecido, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.
9. Na rubrica de **Ativos Fixos Tangíveis** destacamos este semestre a reclassificação de alguns bens de domínio público para bens de domínio privado, que não se encontravam corretamente classificados.
10. Os **Investimentos em curso** tiveram um incremento considerável em relação ao período anterior, o qual resultou, em grande medida, das seguintes obras: i) requalificação do Cávado entre Rio torto e a Avenida do estádio; ii) repavimentação da Avenida s. Pedro; iii) requalificação e ampliação da escola básica de S. Pedro de Este; iv) arranjos exteriores da sede da escola técnica superior – IPCA; v) requalificação urbana das Camélias; vi) requalificação da escola básica de Figueiredo; e vii) obras delegadas nas juntas de freguesia.



Alertamos para a necessidade de um maior rigor e tempestividade na comunicação das datas de conclusão das obras. Os departamentos que acompanham as obras têm de remeter para os serviços de Contabilidade e para a área do Património o auto de receção provisória da obra, a fim de se proceder à reclassificação da mesma para Ativos Fixos Tangíveis (firme) e dessa forma, o ativo passar a estar disponível para uso e, bem assim, sujeito a depreciações.

11. O saldo da rubrica de **Outras variações no património líquido** sofreu um aumento significativo, explicado pelo reconhecimento do fundo de equilíbrio financeiro aplicado em investimento e essencialmente pelas transferências e subsídios de capital para as seguintes obras:

- PONorte 2020 - Reabilitação da Escola Secundária Maximinos;
- Reabilitação do Mercado Municipal;
- Inserção da Rede Pedonal e Ciclável no Centro Urbano de Braga.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe das contas de gastos e rendimentos do primeiro semestre de 2022:



Rubricas	Natureza	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2022	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2021	Var. Jun. 22/ Jun. 21	
				Absoluta	%
60- Transferências e subsídios concedidos	D	11 871 330,27	12 008 388,70	-137 058,43	-1%
61- CMVMC	D	206 167,86	262 756,09	-56 588,23	-22%
62 - Fornecimentos e serviços externos	D	13 470 432,92	10 700 670,72	2 769 762,20	26%
63 - Gastos com o pessoal	D	18 031 521,72	17 096 192,37	935 329,35	5%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	D	7 605 353,66	7 799 463,68	-194 110,02	-2%
65 - Perdas por imparidade	D	0,00	0,00	0,00	
68 - Outros gastos	D	2 051 828,74	1 237 497,51	814 331,23	66%
69 - Gastos por juros e outros encargos	D	36 500,98	62 651,72	-26 150,74	-42%
70 -Impostos, contribuições e taxas	C	-33 272 014,59	-29 558 703,02	-3 713 311,57	13%
71 - Vendas	C	-12 547,83	-8 808,73	-3 739,10	42%
72 - Prestações de serviços e concessões	C	-886 769,74	-484 053,73	-402 716,01	83%
74 - Trabalhos para a prp empresa	C	0,00	0,00	0,00	
75 - Transferências e subsídios correntes obtidos	C	-20 159 408,78	-17 320 252,80	-2 839 155,98	16%
76 - Reversões	C	0,00	0,00	0,00	
78 - Outros rendimentos	C	-4 447 383,65	-3 478 980,34	-968 393,31	28%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos similares	C	-87 342,50	-66 569,38	-20 773,12	31%
Resultado Líquido	C	-5 592 330,94	-1 749 757,21	-7 342 088,15	420%

1. Em relação à rubrica de **Fornecimentos e serviços externos**, constatamos que os itens que apresentam montantes mais significativos são os seguintes:
 - Iluminação pública e eletricidade;
 - Estudos, pareceres e consultoria jurídica;
 - Publicidade, Comunicação e Imagem;
 - Conservação e Reparação;
 - Trabalhos especializados;
 - Encargos de cobrança;
 - Rendas e Alugueres;
 - Serviços Culturais;
 - Outros Serviços;
 - Outros fornecimentos e serviços.
2. Na rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes**, verificamos que estão reconhecidos essencialmente subsídios para freguesias, ao abrigo dos contratos de execução e dos contratos interadministrativos, verbas referentes a refeições para o 1º



ciclo e para o pré-escolar e subsídios destinados a instituições sem fins lucrativos, suportados por protocolos de colaboração. Estão ainda reconhecidos subsídios a empresas municipais e intermunicipais que decorrem dos contratos programa celebrados com a Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – 1 300 000€, InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M. – 339 334€, Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. – 1 946 853€ e do contrato de concessão com a TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., em vigor durante 10 anos, no valor global de 60 389 935€, valor anual - 6 038 994€.

3. Para os **Gastos de depreciação e amortização** foi estimado e especializado o correspondente a 50% do valor das depreciações/amortizações do exercício anterior.
4. A conta de **Impostos, contribuições e taxas** reflete os valores do IMI e derrama especializados neste 1º semestre, e que somente serão recebidos a partir de 2023, bem como as verbas recebidas de IUC e IMT. Inclui ainda os montantes recebidos referentes às taxas específicas das autarquias locais, essencialmente relacionadas com loteamentos e obras.
5. Constatámos que tem havido um progresso no rigor subjacente ao reconhecimento dos rendimentos que resultam das **vendas, prestações de serviços e taxas específicas das autarquias locais**. Todavia, continuam a persistir dificuldades em validar a sua plenitude, do ponto de nível contabilístico, nomeadamente devido à existência de diversas subcontas designadas como "Outros", o que dificulta o cruzamento e validação das listagens de faturação. Com vista a uma melhor análise desta área, sugerimos que as listagens de faturação de todos os departamentos apresentem uma coluna com as respetivas subcontas associadas ao serviço prestado. Para garantir e melhorar o controlo das **taxas específicas do município - loteamentos e obras** sugerimos que o Município utilize na íntegra a aplicação específica – **SPO- Sistema de processos de obras**, desenvolvida para a gestão dos processos a fim de garantir uma boa gestão e planeamento dos mesmos. A utilização da referida aplicação de forma apropriada e integral permitirá ao Município obter a desmaterialização dos processos de urbanismo, garantindo o seu registo, tramitação e consulta de forma eletrónica, e possibilitando também a emissão das faturas de forma automática (e não manual). Alertamos ainda para a importância da segregação de funções no cálculo das taxas.



6. As **Transferências e subsídios obtidos** derivam do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Fundo Emergência Municipal, Fundo Participação Fixa no IRS), Fundo de Financiamento de Descentralização no âmbito da educação e outros subsídios (DREN, IEFP, Seg. Social e Fundo Social Europeu).
7. Os trabalhos que o Município realiza para si mesmo (**Trabalhos para a própria entidade**), sob administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu ativo fixo tangível, não foram reconhecidos no primeiro semestre de 2022, sendo essa análise efetuada apenas no final do exercício.
8. A conta de **Outros Rendimentos** evidencia fundamentalmente neste primeiro semestre: (i) ganhos em rendas de terrenos concessionados à EDP; e (ii) transferências de capital que resultam dos subsídios ao investimento, agora em SNC-AP reconhecidos numa rubrica do património líquido.

VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Das análises anteriores decorrem os indicadores de situação económica e financeira e de dependência que vêm expressos nos quadros subsequentes:

Q.3. Indicadores da situação económico-financeira

		30/jun/22	31/dez/21
Solvabilidade	Património líquido/Passivo	847,98%	906,93%
Autonomia Financeira	Património líquido/Ativo Líquido	89,45%	90,07%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	0,92	1,50
Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,14	0,07
Rendibilidade Económica	Resultado líquido/Ativo Líquido	0,91%	1,22%
Rendibilidade Financeira	Resultado líquido/Património Líquido	1,01%	1,35%
Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	10,55%	9,93%



Q. 4. Indicadores de dependência

		30/jun/22	30/jun/21
Dependência económica total	Rendimentos com origem no município/Gastos Totais	74,54%	68,33%
Dependência económica de transferências e subsídios	Rendimentos com origem no município de transferências e subsídios/Rendimentos Totais	34,25%	34,02%

Nos rendimentos com origem no município excluímos os valores que derivam das transferências e subsídios correntes obtidos.

VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Dos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa preparados pelo Município decorrem as seguintes análises:

Adicionalmente, apresenta-se o seguinte quadro de indicadores orçamentais:

Descrição	jun/22	jun/21
Receita Total Disponível/Despesa Total Paga	1,10	1,76
Receita Corrente Cobrada/Despesa Corrente Cobrada	1,17	2,08
Receita corrente cobrada/Total de receitas cobradas	84%	87%
Despesa corrente paga/despesa total paga	82%	74%

Conforme decorre da informação apresentada acima, o grau de execução verificado nas receitas e despesas de capital (quando comparado com o grau de execução verificado nas receitas e despesas correntes) acaba por ter um carácter intrínseco à natureza da atividade desenvolvida pelos Municípios.

Os indicadores anteriores refletem, em geral, uma execução orçamental equilibrada em termos globais, e sem oscilações significativas face ao período homólogo.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VIII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira e orçamental disponibilizada pela entidade **Município de Braga** para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2022, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente, apesar do processo de implementação do SNC-AP se encontrar ainda em curso e para além do referido no corpo deste relatório. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável no período em análise, apesar do clima de incerteza e instabilidade do ponto de vista macroeconómico, decorrente do conflito na Ucrânia, com efeitos à escala mundial.

Braga, 6 de outubro de 2022

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por